

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 37, 2024, p. 324-333. ISSN: 1808-8031

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v21i37.1147>

PICCOLO, Monica. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. São Luis: EDUEMA, 2022. 527 p.

**AS PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL: uma longa construção**<sup>1</sup>

**THE PRIVATIZATION IN BRAZIL: a long construction**

**LAS PRIVATIZACIONES EN BRASIL: una larga construcción**

WERBETH SEREJO BELO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8356-1839>

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

São Luís/Maranhão/Brasil

[werbethsbelo@hotmail.com](mailto:werbethsbelo@hotmail.com)

Monica Piccolo é doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (2010). Mestre em História Social (1997) e Bacharel em História (1991) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realizou estágio pós-doutoral no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX/Universidade de Coimbra (CEIS20/UC) entre 2019 e 2020. Professora Associada I do Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST/UEMA) e do Programa de Pós-Graduação e Desenvolvimento Socioespecial e Regional (PPDSR/UEMA). Investigadora Integrada no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – Universidade de Coimbra (CEIS20/UC). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC) e membro fundadora do INCT Proprietas. Coordenadora Geral do IECT Gestão Pública e Economia Criativa<sup>2</sup>.

O livro *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso* é resultado da tese de doutoramento defendida por Monica Piccolo, em 2010, na Universidade Federal Fluminense, e tem como objeto central de análise as privatizações ocorridas no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), com investigação também do processo de privatização no governo Itamar Franco (1992-1994). A autora defende como hipótese que

<sup>1</sup> Resenha submetido à avaliação em setembro de 2023 e aprovado para publicação em dezembro de 2023.

<sup>2</sup> Os dados sobre a autora foram retirados de seu Currículo Lattes.

[...] embora os projetos de privatização aqui analisados tenham sido realizações do Governo Collor e do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, as origens do processo legitimador e explicativo para que tais projetos pudessem se realizar no Brasil dos anos noventa encontram-se nas décadas anteriores, mais especificamente no período pós-1964 (Piccolo, 2022, p. 55).

O primeiro aspecto da obra a ser destacado é a sólida fundamentação teórica da historiadora. Piccolo (2022) objetiva desnaturalizar as relações entre Estado e Sociedade, instrumentalizando a investigação a partir das categorias gramscianas, principalmente, mas não somente, as chamadas de Intelectual Orgânico, Aparelho Privado de Hegemonia, Estado Restrito e Sociedade Política (concepção ampliada do Estado). Desse modo, a especialista propõe-se a “[...] repensar o processo de introdução das reformas neoliberais no Brasil” (Piccolo, 2022, p. 57). Além das categorias gramscianas acima destacadas a autora se utiliza dos conceitos de Estado-Relação e Ossatura Material do Estado, de Nicos Poulantzas, para refletir sobre a naturalização existente da relação Estado e Sociedade cristalizada nas obras que tratam sobre o tema. Desse modo, segundo a autora:

Pensar o Estado como condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classes, então, é o caminho proposto por Poulantzas para fugir do impasse imposto pela caracterização do Estado ora concebido como Coisa - concepção instrumentalista, do Estado passivo, dominado por uma única classe ou fração, sem qualquer grau de autonomia – ora como Sujeito – portador de uma autonomia absoluta relacionada ao poder próprio que o Estado passa por deter e com os portadores desse poder e da racionalidade estatal: a burocracia e as elites políticas (Piccolo, 2022, p. 65).

A fundamentação teórica encontra-se materializada, por exemplo, nas trajetórias dos sujeitos que estiveram à frente das instituições centrais do Estado Restrito, responsáveis pela condução do processo de privatização (Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Banco Central e Banco do Brasil), que perpassam toda a obra. A inserção das trajetórias dos agentes econômicos é de fundamental importância, uma vez que a hipótese central pode ser operacionalizada por meio da caracterização desses sujeitos como intelectuais orgânicos de frações da classe dominante, que se pretendiam hegemônicas, isto é, responsáveis pela nacionalização dos projetos desses estratos. Uma marca importante desse movimento, realizado pela autora, é a preocupação em mapear a origem regional, o cargo público, o período da atuação, a formação acadêmica, o desempenho tanto nas agências estatais quanto nos Aparelhos Privados de Hegemonia, as atividades profissionais, as obras

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 37, 2024, p. 324-333. ISSN: 1808-8031

publicadas, bem como as atuações político-partidárias desses 54 sujeitos no Estado Restrito, entre 1964 e 1998, que foram sistematizadas em quadros pela autora, no apêndice 5 da obra, e que estão diluídas ao longo dos capítulos.

Esse exame permite compreender a alternância de frações de classe na condução do Estado Restrito, além de seus distintos projetos em constante embate na Ossatura Material do Estado. Desse modo, para Poulantzas (2000), o Estado “[...] apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política, [...] mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado” (Poulantzas, 2000, p. 12). Tal exercício de mapeamento e de análise das trajetórias dos agentes econômicos entre 1964 e 1998 demonstra que a teoria está estreitamente vinculada ao objeto de investigação da historiadora, logo, incorporada às problematizações em todos os capítulos da obra.

O segundo aspecto a ser destacado diz respeito à vasta fonte utilizada na obra: a) planos econômicos; b) legislação (leis, decretos, emendas constitucionais); c) discursos políticos; d) relatórios do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com dados econômicos das privatizações; e) artigos de jornais; f) conferências; g) entrevistas h) propaganda eleitoral e; i) diretrizes à privatização do Programa Nacional de Desestatização (PND). Duas tipologias de fontes serão destacadas: os planos econômicos (que se constituíram em fonte e objeto) e o aparato legislativo. A análise dos planos econômicos realizada pela autora permite compreender: a) os aspectos conjunturais que viabilizaram a inserção da agenda neoliberal no Brasil na década de 1990; b) a longa construção do projeto privatista; c) as agendas político-econômicas dos distintos governos; d) as opções adotadas frente às dinâmicas internacionais.

No que se refere à legislação utilizada, vale ressaltar que o trabalho crítico não se limita à descrição do texto da lei, mas à própria dinâmica na qual a elaboração e a aprovação do texto estavam inseridas. Assim, a opção por esse tipo de análise permite a compreensão de uma espécie de apropriação jurídica realizada pelos condutores do Estado Restrito, uma vez que “[...] o poder estatal confere clareza e estabilidade à estrutura jurídica, mas não cria seus pressupostos, os quais estão arraigados nas relações materiais, ou seja, de produção” (Pachukanis, 2017, p. 104). Além disso, pode-se entender também que o projeto privatista foi uma espécie de “[...] acontecimento econômico mediado pelo direito” (Pachukanis, 2017, p. 56).

Os discursos políticos, as entrevistas, as conferências, os artigos em jornais e a propaganda eleitoral potencializam o mapeamento das agendas defendidas pelos condutores

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 37, 2024, p. 324-333. ISSN: 1808-8031

do poder executivo. Os relatórios do BNDES, com dados econômicos das privatizações e as diretrizes à privatização do Programa Nacional de Desestatização, permitem compreender as rupturas e as continuidades das agendas de privatização ao longo dos governos, bem como um balanço de todo o processo. Desse modo, a variedade de fontes utilizadas demonstra o rigor empírico da obra, bem como possibilita a comprovação das hipóteses sustentadas em estreita vinculação com a fundamentação teórica utilizada.

A estrutura central da obra é composta por cinco capítulos, além de introdução e de considerações finais. Assim, considera-se relevante sublinhar dois aspectos fundamentais: o que se considera como pós-texto; e a construção textual. No que tange ao pós-texto, somando-se aos quatro anexos com informações sistematizadas em tabelas com informações de todas as empresas privatizadas entre 1981 e 1998, foram elaborados cinco apêndices (Empresas selecionadas a partir das listas encaminhadas pelo Programa Federal de Desestatização (1988-1989); Aportes de Recursos da União e Valores de Venda das Empresas Privatizadas 1991-1992; Empresas Estatais Federais Privatizadas (1990-2005); Relação Cronológica dos Ministros da Fazenda, Ministros do Planejamento, Presidentes do Banco do Brasil e Presidentes do Banco Central no período 1964-1998; Relação dos Titulares do Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Banco Central e Banco do Brasil entre 1964 e 1998), os quais sistematizaram informações presentes na obra. A importância do pós-texto pode ser entendida em duas dimensões: a sistematização facilita a compreensão dos leitores da obra e, principalmente, constitui potencial fonte de consulta para investigadores que pretendam se debruçar sobre o tema.

No que concerne à construção textual, a autora apresenta linguagem objetiva com eficiente sistematização de informações nas partes introdutórias dos capítulos. Assim, antes de iniciar as análises, Monica Piccolo apresenta ao leitor a estrutura de cada capítulo, demarcando, nitidamente, o tema, a hipótese sustentada no capítulo e os objetivos a serem alcançados. Essa estrutura foi, aqui, considerada como instrumento metodológico de exposição da investigação realizada, direcionando, assim, a leitura e facilitando, desse modo, a compreensão do leitor. Assim, desse ponto em diante, deter-se-á na operacionalização da hipótese ao longo dos capítulos.

O ponto de partida do método expositivo da autora, no capítulo intitulado *Estado e Sociedade no Brasil: para além de uma relação naturalizada*, é o debate bibliográfico acerca dos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, e os temas que o permeiam, a fim de se posicionar criticamente frente a essa produção que apresenta o Estado como uno, monolítico. Desse modo, a hipótese sustentada neste capítulo, a partir da

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 37, 2024, p. 324-333. ISSN: 1808-8031

instrumentalização teórica da noção de Estado-Relação de Nicos Poulantzas, versa sobre o argumento de que o Estado não se apresenta nem como Estado-Sujeito nem como Estado-Coisa, mas como espaço de constante disputa entre frações de classes que se pretendiam hegemônicas, trilhando o caminho da desnaturalização entre Estado e Sociedade.

Assim, Monica Piccolo apresenta autores que dialogam com diversas vertentes teóricas, constatando que “[...] se no campo da História alternam-se, em sua grande maioria, os estudos que caracterizam o Estado ora como objeto, ora como sujeito, no que se refere ao campo da Ciência Política – profundamente marcada pela matriz liberal – tal traço é uma tradição indelével” (Piccolo, 2022, p. 66). A partir da organização dos autores em blocos temáticos sobre o governo Collor e o governo Fernando Henrique Cardoso, Piccolo (2022) promove um debate entre os textos em análise, ultrapassando a apresentação das distintas concepções acerca das temáticas. Há, assim, um posicionamento crítico diante das hipóteses defendidas nas obras, por meio de uma estratégia metodológica na qual são analisadas, de modo crítico e dialético.

Já o capítulo *Preparando o terreno para as privatizações: agências e agentes da política econômica* parte do exame da política econômica a partir de 1964 até a política econômica do governo Figueiredo. Essa temática é de fundamental importância na operacionalização da hipótese central, uma vez que recua nos marcos comumente estabelecidos para a compreensão da privatização no Brasil, a década de 1990. Desse modo, é demonstrado que “[...] a partir de 1964 foram dados os primeiros passos na condução da política econômica em direção ao descontrole econômico dos anos oitenta; não por acaso, o primeiro momento da onda privatista” (Piccolo, 2022, p. 59), além disso as diretrizes econômicas “[...] foram plasmadas pelos conflitos entre os sujeitos coletivos organizados a partir da sociedade civil” (Piccolo, 2022, p. 148). Nesse sentido, são estudados os sucessivos planos econômicos, em perspectiva histórico-econômica.

No capítulo *Tudo que é sólido desmancha no ar: a construção do projeto privatista no Brasil*, avulta a problematização da “[...] conjuntura histórica que abriu caminho para a elaboração e execução da agenda neoliberal nos anos noventa” (Piccolo, 2022, p. 213), discutindo as privatizações nos governos Figueiredo e José Sarney. O próprio tema enunciado pela autora já carrega em si parte de sua hipótese, uma vez que tem o seguinte argumento fundamental:

Como corolário da opção pela execução de políticas pouco realistas de preços dos produtos e da utilização dessas empresas estatais não só como captadoras de créditos externos, mas também como elementos fundamentais

de contenção da inflação, desencadeou-se um intenso processo de descapitalização das empresas estatais. Somaram-se a esse quadro, as disputas entre os agentes condutores da política econômica que em muito contribuíram para acentuar a crise do Setor Produtivo Estatal, promovendo a crise de hegemonia do bloco no poder (Piccolo, 2022, p. 213).

Como forma de instrumentalização da sua hipótese, Piccolo (2022) expõe o “desenho político da transição” para, posteriormente, debruçar-se sobre a reestruturação do setor público estatal, ocorrida por meio da elaboração de decretos que nortearam esse processo. Além disso, com base nos dados dos relatórios do Conselho Federal de Desestatização entre os anos de 1981 e 1984, Piccolo (2022) constrói, também, um profundo quadro analítico a partir da elaboração e do exame de tabelas e gráficos a respeito da venda de controle acionário ou ativo e valor da venda de cada empresa no total das privatizações juntamente com a análise dos setores de atuação das empresas privatizadas, além de destacar os critérios de seleção/exclusão das empresas da privatização naquele momento. Ao analisar especificamente o governo Sarney, conjectura que houve uma fissura do bloco histórico, rompendo a unidade que havia entre os agentes da política econômica. Para sustentar esse pressuposto, é demonstrado o alto nível de rotatividade dos agentes das instituições econômicas, situação que culminaria na elaboração de sucessivos planos econômicos, que variavam entre diagnósticos inflacionários ortodoxos e heterodoxos.

Em *A privatização estruturada: o PND nos governos Collor e Itamar Franco*, evidenciam-se as diretrizes mundiais de construção de consenso da agenda neoliberal, que acabaram por estruturar o Programa Nacional de Desestatização nos governos Collor e Itamar Franco, bem como o *corpus* legislativo, o qual estruturou tal programa nesses dois governos. O argumento central apresentado defende que, apesar das privatizações serem o cerne da agenda governamental como instrumento de redução dos gastos públicos, a análise dos dados do resultado das privatizações no período demonstra a fragilidade do projeto em alcançar o seu objetivo, explicada sobretudo pelo uso intensivo das “moedas podres” durante o governo de Itamar Franco.

Para sustentar esse raciocínio, a autora analisa a agenda do “Consenso de Washington” a fim de demonstrar que o progresso defendido por essa agenda não se materializou e que, ainda, o crescimento econômico evocado não atingiu amplos índices, o que acabou por acentuar as divergências entre os agentes da política econômica, negando, mais uma vez, o caráter monolítico do Estado. Examina, também, a conjuntura histórica e as diretrizes da privatização no governo Collor e as rupturas existentes em relação aos governos anteriores, bem como os rompimentos existentes no governo Itamar Franco em relação ao

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 37, 2024, p. 324-333. ISSN: 1808-8031

governo Collor. Essa investigação permite compreender que as inovações desses governos podem ser entendidas como estratégias de superação de um diagnóstico de “ineficiência e gigantismo” do Estado.

Nessa perspectiva, a privatização no governo Collor apresenta uma série de rupturas em relação à agenda de privatização do governo anterior a partir da privatização das empresas de “estrutura industrial”: a) o setor privado está livre impedimentos; b) a privatização passa a ser um instrumento de redução das contas públicas; c) não havia restrições no que diz respeito às empresas passíveis de serem privatizadas (Piccolo, 2022, p. 317); d) três agentes principais na estrutura do PND (BNDES (gestor do Fundo Nacional de Desestatização), comissão diretora e consultores privado e auditores independentes); e) percentual disponibilizado para compra pelos empregados; f) compra poderia ser realizada com outras moedas além do cruzeiro; g) uso de “moedas podres”, ou seja, títulos de dívidas governamentais não pagas (Piccolo, 2022, p. 329).

As modificações permanecem como característica no governo Itamar Franco. Nesse conjunto, podem ser apontadas: a) determinação de quantidade mínima de venda em moeda corrente; b) participação de acionistas e empregados no processo de venda; c) acesso aos laudos de avaliação; d) aumento do limite de participação do capital estrangeiro; e) venda das ações remanescente da privatização do setor siderúrgico; f) sistemática utilizada para as operações de alienação das participações minoritárias (Piccolo, 2022). É válido destacar dois pontos a partir dessas alterações: 1) por mais que se tenha a possibilidade de compra de ações pelos empregados das empresas, esta fração foi a menos adquirida; 2) há um caminho que se distancia cada vez mais da Segurança Nacional e que se apoia na abertura da economia por meio das privatizações. Ademais, outras alterações podem ser percebidas no PND, tais como na sua estrutura operacional e na composição dos membros da comissão.

Constata-se que, nesse momento, o projeto ainda não se consolidara, mas, como demonstra a autora, os primeiros passos vinham sendo dados desde 1964. Desse modo, “[...] o que estava em jogo, então, era a consolidação de um projeto hegemônico capaz de nacionalizar as demandas do bloco histórico que se encontrava no poder” (Piccolo, 2022, p. 351), mas que, durante o governo Itamar Franco, começou a ser reconfigurado, tendo sido o Plano Real “[...] o cimento dessa unidade” (Piccolo, 2022, p. 351).

O último capítulo, *A privatização ilustrada: o PND no governo Fernando Henrique*, demarca a privatização no primeiro governo Fernando Henrique por meio da análise da realização do PND. A hipótese defendida é a de que o redimensionamento das privatizações, dada a crise de hegemonia do governo Collor, “[...] relacionou-se diretamente

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 37, 2024, p. 324-333. ISSN: 1808-8031

ao processo de reconstituição da hegemonia dos agentes defensores da abertura da economia brasileira ao capital externo, da desoneração do capital, da redução da área de atuação estatal e, principalmente, das privatizações” (Piccolo, 2022, p. 353).

A operacionalização dessa argumentação deriva das análises da conjuntura histórica, sobretudo os debates existentes em torno da política econômica, da legislação aprovada acerca das novas diretrizes à sistematização das privatizações, da análise de dados presentes nos relatórios do BNDES e das alterações incorporadas ao PND. Entretanto, antes de adentrar essas análises, a autora analisa a agenda a ser implementada no governo por meio de exame do discurso de despedida do senado pelo presidente eleito. Além disso, assim como nos governos anteriores, não faltaram divergências entre os condutores da política econômica acerca dos recursos captados com as privatizações.

No que tange especificamente à privatização, foi realizada uma série de mudanças no PND no governo eleito, trazendo algumas inovações, como: a) substituição da Comissão diretora do programa pelo Conselho Nacional de Desestatização (CND) que inovava a partir da participação somente dos ministros; b) viabilização da participação de funcionários da União em grupos de trabalho; c) determinação da preferência da quitação da dívida pública por parte daqueles que captavam recursos com a privatização; d) promoção de investimentos captados a partir de créditos internacionais; e) eliminação da diferença entre “empresa brasileira” e “empresa brasileira de capital nacional”, entre outras (Piccolo, 2022, p. 388-390).

Analisadas as diretrizes inovadoras, a autora passa à investigação do processo de privatização propriamente dito a partir da análise dos dados, que constam no relatório do BNDES para o período em estudo. Desse modo, são analisadas as seguintes variáveis: a) resultado de venda das empresas por ofertas realizadas; b) resultado consolidado de desestatização; c) moedas utilizadas nas privatizações; d) resultado do PND; e) resultado de vendas – compradores. Desse modo, as análises constataram que: 1) a moeda corrente preferencialmente no início do governo, prevalecendo a partir da análise da privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD); 2) a partir de 1997 houve a privatização de instituições financeiras, bem como o uso do FGTS (moeda social) como recurso para aquisição de ações; 3) o aumento do volume de capital estrangeiro a partir de 1996, assumindo a liderança nas vendas em 1998 (Piccolo, 2022). Nesse cenário, constata-se, também, que a privatização dos serviços públicos se torna prioritária, capitaneada pelos serviços financeiros prestados pelo BNDES, sendo a última privatização do setor produtivo ocorrida em 1998 com a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), considerada a mais complexa do período.



**Outros Tempos**, vol. 21, n. 37, 2024, p. 324-333. ISSN: 1808-8031

O peso da privatização dessa agência é examinado pela autora a partir dos seguintes dados estatísticos: a) participação por setores no resultado de vendas; b) participação por empresa no resultado de venda no PND; c) moedas utilizadas nas privatizações; d) resultado consolidado por tipo de comprador; e) balanço das privatizações (1998); f) resultado do PND (1998); g) resultado de vendas – moedas; h) resultado de vendas – compradores. A análise dos dados demonstra a complexidade e a captação de recursos em moedas correntes, bem como a inserção de capital estrangeiro viabilizados pela privatização da CVRD, encerrando, assim, o período com uma ampliação considerável da privatização, possibilitada pelo “[...] processo de reconfiguração da hegemonia dos agentes que controlavam as principais agências governamentais responsáveis pela definição das diretrizes econômicas do país” (Piccolo, 2022, p. 364).

Desse modo, as considerações finais da autora são reveladoras sobre o cenário privatista instaurado na década de 1990. Ao realizar o balanço das privatizações entre 1991 e 1998, Piccolo (2022) demonstra que, apesar do maior número de empresas terem sido privatizadas em 1992, o maior volume de captação de recursos transcorreu em 1997, dado o peso da privatização da CVRD. Em relação à transferência do setor público ao privado, a autora aponta, a partir dos dados estatísticos coletados dos relatórios do BNDES, o setor siderúrgico como o expoente. Além disso, as características do PND já dispostas nos capítulos, que trataram das privatizações, são retomadas em bloco, destacando os resultados obtidos com a venda das estatais, a transformação dos meios de pagamento – sobretudo no que se refere à inserção do capital estrangeiro e à liderança do uso da moeda corrente frente à predominância anterior de outros tipos de moedas, o aumento do percentual das dívidas transferidas e a relação entre as receitas e as despesas, considerado o aspecto revelador do processo de privatização, uma vez que:

Ao longo do período 1990-1998, foram gastos US\$187 milhões na privatização das 63 empresas, valor nada desprezível, mesmo se comparado ao total arrecadado de US\$19,61 bilhões, e mesmo correspondendo apenas a 0,64% do total geral. Mais uma vez, voltamos ao ano de 1997, momento em que foram gastos US\$ 67,7 milhões, correspondendo a 36,2% de todas as despesas. Diante do montante arrecadado (US\$4.256 milhões), as despesas corresponderam a um percentual acima do dobro da média do período, ou seja, 1,58%. Reitera-se que, em que pensemos os percentuais abaixo de 1%, em valores absolutos as despesas chamam atenção (Piccolo, 2022, p. 432-433).

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 37, 2024, p. 324-333. ISSN: 1808-8031

O processo acima apontado foi explicado pelo mapeamento e pela análise da trajetória dos agentes responsáveis pela condução da política econômica do período. Ademais, o projeto nacionalizado foi fruto dos embates entre as frações de classe inseridas no Estado Restrito e não das decisões tomadas frente à conjuntura somente. A hipótese apresentada pela autora é reafirmada a partir das análises da legislação, dos dados estatísticos, dos planos econômicos e das trajetórias dos sujeitos mapeados a partir da perspectiva gramsciana de Estado Ampliado, atuando, assim, como Intelectuais Orgânicos da agenda neoliberal nos anos 1990, que tinham as privatizações como instrumento fundamental de sua atuação em prol da minimização do Estado produtor e da maximização do Estado regulador.

### **Referências**

PACHUKANIS, E. B. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. São Paulo: Boitempo editorial, 2017.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.